

# Nomes de bairro: um estudo sobre a formação histórica da toponímia da Cidade de Belo Horizonte (1897-1961)

## *Neighborhood names: a study on the historical formation of the toponymy of the City of Belo Horizonte (1897-1961)*

César Nardelli Cambraia\*

*Universidade Federal de Minas Gerais*

Lucas Cristino Drumond\*\*

*Universidade Federal de Minas Gerais*

**Resumo:** Neste estudo analisou-se a formação histórica do inventário de 356 topônimos referentes a nomes de bairros da Cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961, tomando como referência uma adaptação do modelo taxionômico de Dick (1990b) e a abordagem principiologicamente de Cambraia e Seabra (2024, 2025). Testou-se a hipótese de que essa formação seguiu os princípios de estruturação da toponímia urbana constatados por Cambraia e Seabra (2024, 2025) para a denominação de logradouros básicos (ruas, avenidas e praças) da mesma localidade, o que foi parcialmente confirmado pelos dados: há semelhanças em relação aos princípios da unicidade, da universalidade, da extensão limitada, da impessoalidade, da moralidade, da significância, da legibilidade, da pertinência, da relação tópica e da carga semântica, mas há diferenças em relação aos princípios da estabilidade, da legalidade, da continuidade, da unidade temática, da supletividade e do vetor antropotoponímico.

**Palavras-chave:** Linguística Histórica. Toponímia urbana. Belo Horizonte.

**Abstract:** This study analyzed the historical formation of the inventory of 356 toponyms referring to neighborhood names of the City of Belo Horizonte attested between 1897 and 1961, taking as reference an adaptation of taxonomic model of Dick (1990b) and the principle-based approach of Cambraia and Seabra (2024, 2025). The hypothesis was tested that this formation followed the principles of structuring urban toponymy established by Cambraia and Seabra (2024, 2025) for the naming of basic public spaces (streets, avenues and squares) in the same location, which was partially confirmed by the data: there are similarities in relation to the principles of uniqueness, universality, limited extension, impersonality, morality, significance, legibility, relevance, topic relationship and semantic charge, but there are differences in relation to the principles of stability, legality, continuity, thematic unity, supletivity and anthropotoponymic vector.

**Keywords:** Historical Linguistics. Urban toponymy. Belo Horizonte.

FLP 27(1)

## 1 INTRODUÇÃO

A toponomástica, campo de estudos da linguagem que se ocupa da toponímia (conjunto de nomes próprios de lugar), é uma área em pleno desenvolvimento atualmente no Brasil, com perspectiva de grande avanço em função da ampliação das regiões que têm sido analisadas. A toponímia urbana, no entanto, é um dos objetos de estudo que ainda demanda muita atenção, já que não foi contemplada na mesma

\* Professor titular, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; [nardelli@ufmg.br](mailto:nardelli@ufmg.br)

\*\* Graduando, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; [ducasrumond@gmail.com](mailto:ducasrumond@gmail.com)

dimensão que suas correlatas. Como vertente regional do ATB (Atlas Toponímico do Brasil)<sup>1</sup>, constituiu-se o projeto ATEMIG (Atlas Toponímico de Minas Gerais), no âmbito do qual muito se produziu em diversas esferas, incluindo trabalhos sobre toponímia urbana de cidades mineiras (Seabra; Santos, 2020). Mas a toponímia da Cidade de Belo Horizonte ainda continua pouco abordada em uma perspectiva histórica e, dentro desse domínio, o conjunto de denominações de seus bairros, ainda menos. O presente estudo se propõe a apresentar uma contribuição para o preenchimento dessa lacuna, analisando o inventário de topônimos referentes aos nomes de bairros da Cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961.

## 2 FORMAÇÃO DE BAIRROS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

‘Bairro’, vocábulo português de origem árabe, é definido por Ferreira (1999, p. 255) como “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos”. A Cidade de Belo Horizonte, nova capital do Estado de Minas Gerais inaugurada em 12 de dezembro de 1897, foi objeto de um detalhado planejamento realizado pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada inicialmente pelo engenheiro paraense Aarão Reis (1853-1936). Na planta aprovada pelo Decreto Estadual nº 817, de 5 de abril de 1895, não havia registro do termo ‘bairro’, estando a cidade dividida primeiramente em áreas ou zonas (área urbana, zona suburbana e sítios). As duas primeiras estavam subdivididas, por sua vez, em seções identificadas por algarismos romanos: a urbana, de I a XIV; e a suburbana; de I a VIII. Como já assinalado por Cambraia e Seabra (2025, p. 23), mesmo antes da inauguração da cidade já se estava usando o termo ‘bairro’, como em “Bairro do Pinto”, que se referia à região do atual Bairro Gutierrez, local em que se situava antes o Arraial do Pinto. Outras denominações com o termo ‘bairro’ se verificavam já em 1898: “Bairro do Córrego do Leitão”, “Bairro da Lagoinha”, “Bairro do Calafate” *etc.* Percebe-se, portanto, que a formação de denominações dos bairros da Cidade de Belo Horizonte foi, inicialmente, fruto de um processo espontâneo.

A divisão da cidade em partes seguiu ainda dois outros padrões além do oficial em seções por zona: entre 1896 e 1907, foram criados ‘núcleos coloniais’ ou ‘colônias’ na zona suburbana, que foram emancipados e incorporados a esta última entre 1911 e 1923; e, a partir de 1919, foram aprovadas ‘vilas’, geralmente fora das zonas urbana e suburbana. A complexidade do sistema de denominações dos logradouros da cidade, cuja regulamentação não tinha sido feita de forma sistemática e abrangente, levou o prefeito a propor uma comissão específica para esse tema em 1961:

Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a constituir uma Comissão que se encarregará de promover estudos e apresentar projetos de lei, dentro de 90 (noventa) dias, sobre as denominações de bairros, vilas, praças, avenidas e ruas que mereçam reparos, corrigindo dualidades de nomenclaturas, dando nomes aos logradouros que não os têm, respeitando a legislação vigente, e, tanto quanto possível, os princípios observados para essas denominações, quando da fundação da Capital (Belo Horizonte, 1961).

Não foi possível encontrar registros da efetiva constituição dessa comissão,

<sup>1</sup> Para uma síntese sobre as contribuições de Maria Vicentina Dick, idealizadora do ATB, cf. Heberle e Machado (2018) e Sousa e Dargel (2021).

nem de documentos produzidos especificamente por ela (caso tenha sido instalada). No entanto, oito anos depois, uma regulamentação referente a nomes de bairros foi positivada através do Decr. Mun. nº 1.748, de 10 de fevereiro de 1969:

Art. 1º – Os loteamentos de Belo Horizonte só poderão ter a denominação de Vila ou Bairro; Art. 2º – Ficam excluídas, conseqüentemente, as palavras: JARDIM - PARQUE - CIDADE - CHÁCARA e outros congêneres. Art. 3º – Fica proibido repetir os nomes de loteamentos existentes, mesmo quando êsses nomes sejam modificados por outras palavras (Belo Horizonte, 1969).

Essas orientações foram basicamente reafirmadas em dois instrumentos subsequentes (art. 36 da Lei Mun. nº 6.916, de 1º de agosto de 1995, e art. 164 da Lei Mun. nº 8.137, de 21 dezembro de 2000), sendo o tema regulado hoje pelas Seções II e III da Lei Mun. nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009, cuja longa extensão não permite serem aqui reproduzidas. Nesta última lei, ‘bairro’ é definido, no *caput* do art. 12, como:

o conjunto de áreas públicas ou particulares constituídas por logradouros oficiais, lotes, quarteirões, espaços livres de uso público, equipamentos urbanos e comunitários, passagens, terrenos indivisos e glebas, com a finalidade de promover a setorização e a ordenação do contexto urbano municipal (Belo Horizonte, 2009).

Essa lei também fixou os limites e as denominações dos bairros então existentes nos seus Anexos I e II, sendo modificada em seguida pela Lei Mun. nº 10.698, de 10 de janeiro de 2014. Especificamente em relação ao termo genérico de denominação, a lei de 2009 esclarece, no § 2º do art. 12, que “[o] bairro a que se refere o *caput* deste artigo apresenta tipologia única, incorporando em sua denominação termos como ‘vila’, ‘jardim’ ou ‘parque’ nos casos de duplicidade”, ou seja, relativizou-se a proibição que tinha sido promovida pela lei de 1969, provavelmente porque esses termos aumentavam as possibilidades combinatórias para criação de novas denominações.

A Prefeitura de Belo Horizonte trabalha atualmente com dois sistemas de divisão relacionados a bairro: ‘oficial’ (com limites vinculados aos sucessivos parcelamentos aprovados ao longo da história da cidade, com as respectivas modificações) e ‘popular’ (com limites estabelecidos Lei Mun. nº 9.691 em 19 de janeiro de 2009, alterados pela Lei Mun. nº 10.698 de 10 de janeiro de 2014 e atualizados pela Lei Mun. nº 11.490 de 05 de maio de 2023<sup>2</sup>). Os limites de bairro entre esses sistemas não são idênticos, como se vê na Figura 1<sup>3</sup> abaixo referente à atual zona urbana, com seus bairros oficiais delimitados

<sup>2</sup> O mapa com a divisão atual no sistema de bairro popular se encontra em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11490/2023>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://bhmap.pbh.gov.br>. Os nomes de bairro nas imagens são apenas os do sistema de bairro popular.

em linha preta (à esquerda) e os populares em linha vermelha (à direita):

Figura 1 – Sistema de bairro oficial (à esquerda) × sistema de bairro popular (à direita) da zona urbana da Cidade de Belo Horizonte (2025)



Fonte: BHMMap.

A emergência de um sistema paralelo de denominação deve ter ocorrido por diferentes motivações: (a) a extensão dos parcelamentos variava sensivelmente, o que gerava micro- e megaloteamentos; (b) esses parcelamentos eram feitos levando em conta a área do terreno, que frequentemente não era compatível com os limites de bairros inteiros por toda sua extensão; e (c) os limites não eram formais e explicitamente marcados para os habitantes da cidade, o que gerava grande variação na localização de um bairro em termos de bairro. Assim, a positividade do sistema de bairro popular em 2009, cujo objetivo fundamental era o de facilitar o endereçamento, foi provavelmente uma forma de legitimar padrões espontâneos em que os habitantes se apoiavam na sua própria divisão da cidade.

Atualmente, a Cidade de Belo Horizonte conta com 323 bairros oficiais e 493 bairros populares. Além disso, a cidade apresenta uma divisão em 9 regionais, instaurada inicialmente pelo Decr. Mun. nº 4.523, de 12 de setembro de 1983 (o número a seguir entre parênteses se refere ao sistema de bairro popular): Barreiro (75 bairros), Centro-Sul (44 bairros), Leste (41 bairros), Nordeste (71 bairros), Noroeste (48 bairros), Norte (45 bairros), Oeste (67 bairros), Pampulha (59 bairros) e Venda Nova (43 bairros).

No presente estudo, analisa-se a formação histórica do inventário de topônimos de bairros na Cidade de Belo Horizonte<sup>4</sup> do ano de 1897, data de sua inauguração, até o ano de 1961, data estimada para o estado toponímico registrado pelo documento cartográfico intitulado “Mapa de Belo Horizonte: Indicador da Cidade”, de autoria de Milton Mascarenhas e preservado em um exemplar no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)<sup>5</sup>, que foi uma das fontes para o presente estudo.

### 3 TOPONOMÁSTICA: FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS

As discussões sobre o nome de forma geral (*onoma*), como lembram Carvalhinhos e Antunes (2007), remontam à Grécia antiga, época em que não se tratava de forma diferenciada o nome próprio e o nome comum e havia duas correntes de interpretação sobre o tema (naturalistas e convencionistas), que são assim explicadas

<sup>4</sup> Para visão panorâmica da formação dos bairros da Cidade de Belo Horizonte e de suas denominações, cf. Arreguy e Ribeiro (2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2008e, 2008f) e Ribeiro (2011a, 2011b, 2011c).

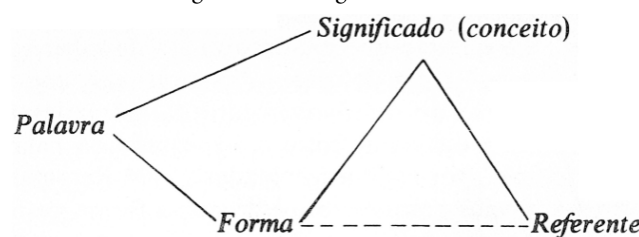
<sup>5</sup> Os autores agradecem a toda a equipe do APCBH pela disponibilização de material para o presente estudo.

por Lyons (1979):

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de “denominar”; e a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de origem “natural” ou “convencional” (...). No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a “coisa” ou as “coisas” por ela “denominadas”. Retomando a distinção formulada pelos gramáticos medievais: a forma de uma palavra (*vox* — parte duma *dictio*) significava “coisas” em virtude do conceito associado a essa forma no espírito dos falantes; e o “conceito”, olhado desse ponto de vista, era o significado da palavra (a sua *significatio*) (Lyons, 1979, p. 429).

Retomando a proposta de Ogden e Richards (1976, p. 23-44), Lyons (1979) reelabora o já clássico triângulo desses estudiosos na seguinte forma:

Figura 2 – Triângulo semiótico



Fonte: Lyons (1979, p. 430).

As relações entre os elementos desse triângulo são, em seguida, esclarecidas pelo mesmo autor:

Será útil introduzir aqui o termo moderno para as “coisas” como “denominadas” ou significadas pelas palavras: esse é o termo *referente*. Diremos que a relação que há entre as palavras e as coisas (seus referentes) é a relação de *referência*: as palavras não “significam” nem “denominam” as coisas, mas *se referem* às coisas. Feita a distinção entre forma, significado e referente, podemos dar a conhecida representação diagramática da concepção tradicional entre esses três elementos sob a forma de um triângulo, que é por vezes chamado *triângulo semiótico*. A linha pontilhada entre forma e referente significa que sua relação é indireta: a forma liga-se a seu referente por meio do significado (conceptual) associado àquela e a este, mas de maneira independente. Esse diagrama ressalta um fato importante: que, segundo a gramática tradicional, a palavra resulta da combinação de uma forma específica com um significado específico (Lyons, 1979, p. 429-430, destaque do autor).

De acordo com Carvalhinhos e Antunes (2007), essa esquematização em triângulo evidencia por que, nos estudos de onomástica (incluindo-se naturalmente a toponomástica), é necessário trabalhar com o contexto (ou seja, o referente): é através dele que se consegue, muitas vezes, “recuperar o significado do nome, estabelecendo o seu percurso gerativo”.

Segundo Dick (1990b, p. 10-14), o topônimo (nome próprio de lugar), que se liga à entidade geográfica que identifica, compõe-se geralmente de duas partes: um ‘elemento genérico’, relativo à referida entidade, e um ‘elemento específico’, que particulariza a noção espacial, de forma a identificá-la e singularizá-la dentre outras. Eventualmente, no entanto, não há o elemento específico, já que o elemento genérico

FLP 27(1)

é suficiente para a designação (quando, p. ex., é a única entidade geográfica na região em questão). Do ponto de vista morfológico, o elemento específico pode ser ‘simples’ (constituído por apenas um elemento formador, geralmente substantivo ou adjetivo), ‘composto’ (constituído por mais de um elemento formador) ou ‘híbrido’ (constituído por elementos formadores de diferentes origens, como portuguesa e indígena). O signo toponímico, de acordo com Dick (1990b), tem como uma de suas principais características ser motivado e essa motivação se manifesta em dois momentos:

primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; e, a seguir, na própria origem semântica da denomi[na]ção, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (Dick, 1990b, p. 18).

Nos estudos de toponímia referentes ao território brasileiro, o principal modelo de análise da motivação semântica tem sido o proposto por Dick, cuja versão mais difundida foi de seu estudo publicado no início dos anos 1990 (Dick, 1990b). Como o presente estudo confrontará resultados apurados aqui com outras pesquisas que adotaram o modelo de Dick, convém fazer uma breve apresentação de alguns dos pontos principais.

O modelo taxionômico de Dick foi desenvolvido ao longo de mais de uma década (Dick, 1975, 1980, 1990a, 1990b) e privilegiou a motivação semântica, que foi articulada com a divisão binária de Sapir (1961) dos fatores ambientais em natureza ‘física’ e ‘antropocultural’. Suas 26 taxes, que expressam com que aspecto semântico o topônimo tem relação, são as seguintes:

a) taxionomias de natureza física:

1. ‘astrotopônimos’: corpos celestes em geral;
2. ‘cardinotopônimos’: posições geográficas em geral;
3. ‘cromotopônimos’: escala cromática;
4. ‘dimensiotopônimos’: características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade;
5. ‘fitotopônimos’: índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas individuais e em conjunto;
6. ‘geomorfotopônimos’: formas topográficas como elevações e depressões do terreno e formações litorâneas;
7. ‘hidrotopônimos’: acidentes hidrográficos em geral;
8. ‘litotopônimos’: índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos, conjunto da mesma espécie ou de espécies diferentes;
9. ‘meteorotopônimos’: fenômenos atmosféricos;

FLP 27(1)

10. ‘morfotopônimos’: forma geométrica;
  11. ‘zootopônimos’: índole animal, representados por indivíduos domésticos e não domésticos e da mesma espécie em grupos;
- b) taxionomias de natureza antropocultural:
1. ‘animotopônimos’ ou ‘nootopônimos’: vida psíquica e cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física;
  2. ‘antropotopônimos’: nomes próprios individuais;
  3. ‘axiotopônimos’: títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais;
  4. ‘corotopônimos’: nomes de cidades, países, estados, regiões e; continentes;
  5. ‘cronotopônimos’: indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha;
  6. ‘ecotopônimos’: habitações de um modo geral;
  7. ‘ergotopônimos’: elementos da cultura material (incluem-se também os manufaturados);
  8. ‘etnotopônimos’: elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas);
  9. ‘dirrematotopônimos’: frases ou enunciados linguísticos;
  10. ‘hierotopônimos’: nomes sagrados de diferentes crenças (cristã, hebraica, maometana, etc.), efemérides religiosas, associações religiosas, locais de culto. – os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: (a) ‘hagiotopônimos’: santos e santas do hagiolégio romano; e (b) ‘mitotopônimos’: entidades mitológicas;
  11. ‘historiotopônimos’: movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como datas correspondentes;
  12. ‘hodotopônimos’ (ou ‘odotopônimos’): vias de comunicação rural ou urbana;
  13. ‘numerotopônimos’: adjetivos numerais;
  14. ‘poliotopônimos’: constituídos com os vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial;
  15. ‘sociotopônimos’: atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça);
  16. ‘somatotopônimos’: partes do corpo humano ou do animal.

Um dos méritos dessa proposta está na possibilidade de diferenciar motivações em que a experiência humana tem grande peso, como é o segundo caso, evidenciando assim a denominação de lugares como uma atividade sócio-cultural.

Apesar de o modelo de Dick ser de ampla adoção no Brasil, há pesquisas realizadas

FLP 27(1)

tendo em vista outros espaços geográficos que se baseiam em modelos diferentes de análise<sup>6</sup>. Urazmetova e Shamsutdinova (2017), tendo em vista estudos sobre a toponímia britânica, americana, alemã, francesa e russa, identificaram 11 modelos de classificação baseados em diferentes princípios, a saber:

1. características paramétricas de um objeto geográfico: dimensão do objeto;
2. características ontológicas de um objeto geográfico: natural ou feito pelo homem;
3. tipo da base toponímica: grupo temático ou semântico-lexical;
4. características etimológicas dos nomes de lugar: nativo, emprestado ou híbrido;
5. características motivacionais dos nomes de lugar: motivado ou não motivado;
6. características cronológicas dos nomes de lugar: arcaico ou contemporâneo;
7. características estruturais dos topônimos: simples, derivado, composto ou complexo;
8. polissemia toponímica: uniobjetivo (*one-object*), multiobjetivo (*multi-object*) ou vazio (*empty*);
9. grau de nomeação toponímica: primário (derivado de substantivo comum) ou não primário (derivado de substantivo próprio);
10. variedade de nomeação toponímica: primário (topônimo oficial: *actual toponym* – ou secundário (topônimo paralelo: *toponymic nickname*); e
11. localização de um objeto geográfico: próprio (*our*), ou seja, na língua de dentro da área considerada, ou alheio (*their*), ou seja, em língua de fora da área considerada.

FLP 27(1)

Tomando como exemplo o antigo topônimo “Bairro do Comércio” da Cidade de Belo Horizonte, tem-se um caso de regiônimo (nome de área de significância regional), feito pelo homem (atividade comercial), ergotopônimo (atividade profissional), nativo (em língua portuguesa), motivado (forma interna transparente), arcaico (substituído pelo atual Hipercentro), simples (parte específica formada de um substantivo), multiobjetivo (existente em outras localidades, como na Cidade de Contagem/MG), primário (derivado de substantivo comum), secundário (nunca houve ato administrativo oficializando a denominação) e próprio (forma em língua portuguesa em país de língua portuguesa).

Urazmetova e Shamsutdinova (2017, p. 28) consideram que essa diversidade classificatória decorre dos princípios multifacetados da atribuição de unidades toponímicas. A tipologia de Dick (1990b), considerando essa diversidade, se refere especificamente às características motivacionais dos nomes de lugar.

Mais recentemente, Cambraia e Seabra (2024) propuseram um novo modelo de análise toponímica baseado em diferentes princípios, com base em um estudo da toponímia da Cidade de Belo Horizonte (mais especificamente, de sua hodonímia). Trata-se de uma proposta compatível com o modelo de Dick (1990b), mas com a inovação de se interpretar o processo de formação toponímica levando em conta princípios, ou seja, diretrizes gerais, retomando-se, com as devidas adaptações, a busca de

<sup>6</sup> Uma síntese comparativa de diferentes tipologias que trataram especificamente da motivação toponímica foi apresentada por Tent e Blair (2009 [2014]).



generalizações realizada por Backheuser (1949-1950). Essa nova abordagem considerou dezesseis princípios:

1. princípio da unicidade: um topônimo não deve apresentar duplicidade;
2. princípio da universalidade: todo logradouro deve apresentar topônimo;
3. princípio da estabilidade: um topônimo deve ser permanente, exceto em certas circunstâncias;
4. princípio da extensão limitada: um topônimo deve ter extensão curta;
5. princípio da impessoalidade: um topônimo não deve se referir a pessoa viva;
6. princípio da moralidade: um topônimo não deve se referir a pessoa que tenha tido conduta reprovável;
7. princípio da significância: um topônimo não provisório deve apresentar um significado;
8. princípio da legibilidade: um topônimo deve ser legível pela população;
9. princípio da legalidade: um topônimo é provisório até que seja oficialmente outorgado;
10. princípio da pertinência: um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade;
11. princípio da continuidade: um mesmo topônimo deve ser aplicado a todo o trajeto de uma via pública se ela não apresentar interrupção;
12. princípio da unidade temática: topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática, ou seja, motivação de mesma natureza;
13. princípio da supletividade: a ausência de topônimo de um tema deve ser suprida com a adoção de topônimo correlato;
14. princípio do vetor antropotoponímico: topônimos novos devem ser antropotopônimos;
15. princípio da relação biotópica: antropotopônimos devem ser atribuídos a logradouro com vínculo com a biografia do homenageado; e
16. princípio da resiliência: tipos diferentes de logradouros apresentam graus diferentes de resistência à mudança toponímica.

Em estudo mais recente, Cambraia e Seabra (2025, p. 327) propuseram um novo princípio: princípio da carga semântica (topônimos não devem ser compostos de elementos com carga semântica negativa). Convém ressaltar que o modelo de Dick (1990) tem papel importante para a avaliação do princípio do vetor antropotoponímico, pois oferece uma taxionomia que permite quantificar aumento e decréscimo de antropotopônimos frente a outras categorias de motivação semântica no curso do tempo.

Entende-se aqui que a abordagem principiologicamente de Cambraia e Seabra (2024) seja aplicável não apenas à Cidade de Belo Horizonte, mas também a outras cidades mineiras e do resto do Brasil, já que há princípios cuja atuação foi verificada na toponímia daquela cidade que são compatíveis com os da administração pública em

FLP 27(1)

geral consagrados pela Constituição Federal de 1988 e aos quais todos os municípios brasileiros estão submetidos (basta lembrar aqui princípios como o da legalidade, da impessoalidade e da moralidade constante do art. 37 dessa carta). Não significa, no entanto, que absolutamente os mesmos princípios atestados na toponímia de uma cidade sejam sempre encontrados na de outras, porque há espaço para a adoção de outros princípios (como o da extensão limitada) que não se choquem com os da Constituição Federal. Embora ainda não se tenha aplicado esse modelo de Cambraia e Seabra (2024, 2025) à toponímia urbana de outros países, é bem provável que se encontrem compatibilidades decorrentes de aspectos comunicativos, como o de se adotar uma extensão que seja suficiente para evitar homonímia (base do princípio da extensão limitada).

Para se ter uma ideia de como foi o processo de denominação de bairros no Brasil, fez-se uma revisão da literatura referente ao seu estudo tendo em conta diferentes cidades. Das publicações analisadas, as de Cioato (2012), Baretta (2012) e de Misturini (2014) fazem parte do macroprojeto TOPRCI (Toponímia da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul): esse projeto, subdividido em projetos menores, objetiva analisar a toponímia da região de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul.

Cioato (2012), mesmo tendo abordado bairros em sua pesquisa, não se limitou somente a eles: seu propósito era fazer um levantamento toponímico das linhas, das comunidades, dos bairros e das ruas do município de São Marcos (RS), baseado na metodologia de Dick (1992). Especificamente em relação aos 9 bairros dessa cidade, chegou à conclusão de que 56% de seus nomes são antropotopônimos. O restante, dividido igualmente em 4 partes de 11%, são hagiopotônimos, animotopônimos, cardinotopônimos e ergotopônimos. Além disso, considerando o conjunto de topônimos de linhas, comunidades, bairros e ruas, 86% dos antropotopônimos são de origem italiana e 91% de nomes masculinos.

Baretta (2012) estudou os 25 bairros e 4 distritos do município de Farroupilha (RS). Sua metodologia de análise, baseada em fichas lexicográfico-toponímicas modeladas por Dick (1990a), considerava os seguintes aspectos: localização geográfica, topônimo, taxionomia, etimologia, estrutura morfológica, histórico e informações enciclopédicas. Apurou que a influência católica teve grande relevância para a nomenclatura atribuída aos bairros e distritos de Farroupilha, o que é compreensível sendo o Brasil uma nação majoritariamente cristã à época. Os seus resultados confirmaram sua hipótese, de que a imigração e as atividades culturais italianas influenciaram a toponímia da região: 50% dos topônimos são relacionados às origens italianas dos imigrantes que desenvolveram a região. Hagiopotônimos são a maioria (26%) no seu *corpus* em comparação aos outros tipos (animotopônimos, astrotopônimos, cardinotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, dimensiotopônimos, etnotopônimos, geomorfotopônimos, historiotopônimos, poliotopônimos e sociotopônimos).

Misturini (2014), fundamentado na metodologia de Dick (1992), se ocupou da toponímia do município de Bento Gonçalves (RS), também na região nordeste do Rio Grande do Sul. O pesquisador retomou o trabalho de Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), que já haviam refletido sobre os nomes das primeiras ruas da cidade e analisaram as denominações e as mudanças que elas sofreram por força da campanha de nacionalização de Vargas. Misturini (2014) estabeleceu a hipótese de que os bairros

FLP 27(1)

teriam passado pelo mesmo processo. Para testá-la, fez uma análise dos topônimos que foram retirados de diferentes leis que aprovaram as delimitações dos 46 bairros do município em fichas lexicográfico-toponímicas com a taxionomia de Dick (1990a). Concluiu que, de forma semelhante ao município de Farroupilha, os hagiopônimos são os mais frequentes, totalizando 24% da toponímia de Bento Gonçalves, junto aos hierotopônimos (topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças.), que somam 11%. Também chegou à conclusão de que esse fato decorre da influência italiana e da predominante fé católica dos imigrantes que na região chegaram no final do século XIX. Além disso, observou que, apesar da predominância antropocultural na toponímia do município, ainda há topônimos relativos à descrição geográfica dos acidentes da cidade.

Matos (2014) lidou com a toponímia dos bairros de São Luís (MA). Foram analisados topônimos de 81 bairros com o intuito de determinar a motivação toponímica dos nomes em quatro períodos sincrônicos para verificar qual foi a categoria taxionômica mais comum na formação de São Luís (a antropocultural ou a física). Os documentos do *corpus* foram mapas, listas dos nomes dos bairros, artigos científicos, monografias, leis, decretos, resoluções, editais e resumos enciclopédicos que mencionam os bairros estudados, os quais foram separados em quatro áreas (Centro, Centro-Rio Anil, Centro-Rio Bacanga e Centro-Caminho Grande). A análise dos dados seguiu a metodologia de Dick (1990a) e teve duas fases: (i) análise dos fatores linguísticos e extralinguísticos que deixaram marcas na formação dos nomes dos bairros, e (ii) estudo das siglas e dos termos genéricos presentes em alguns topônimos, com a finalidade de depreender os motivos que levaram à incorporação destes elementos aos nomes dos bairros e descobrir se houve ou não ressignificação toponímica. Apurou que 70,3% são topônimos de natureza antropocultural, e os outros 29,7% alternam entre os topônimos de natureza física ou mista.

FLP 27(1)

Lourenço e Cunha (2020) analisaram apenas bairros com léxico de origem indígena na toponímia da Cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de investigar esse tipo de influência nos nomes dos bairros. Seguiram a metodologia de Dick (1990b) e optaram por separá-los em três grupos: ‘simples’ (“que se faz definir por um só formante [...], podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações” (Dick, 1990b, p. 13)), ‘composto’ (“que se apresenta com mais de um elemento formador” (Dick, 1990b, p. 13)) e ‘híbrido’ (“que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa” (Dick, 1990b, p. 14)). A análise dos 57 topônimos de seu *corpus* revelou que os topônimos mais comuns são os que fazem referência a elementos da natureza (36,8%) e que a estrutura morfológica mais comum era a simples (57,9%), sendo que 24,2% destes apresentam estrutura híbrida, geralmente com sufixos de origem portuguesa.

Por fim, há trabalho de Fernandes (2021), que refletiu sobre a toponímia dos bairros de Ouro Preto (MG). A pesquisadora adotou a metodologia de Dick (1990a) e considerou 10 topônimos. Verificou que esses topônimos se dividem em duas partes equivalentes de 50%: uma referente a topônimos de natureza antropocultural e outra referente a topônimos de natureza física. Verifica-se, ademais, nos seus dados, que a motivação mais comum é a de geomorfotopônimo (30%), que a estrutura morfológica

mais comum é com o elemento específico composto (60%) e que o léxico português (90%) é mais comum que o indígena.

#### 4 HIPÓTESE DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando avançar na compreensão da formação de inventário de topônimos referentes a bairro, hipotetiza-se aqui que **os nomes de bairros da Cidade de Belo Horizonte entre 1897 e 1961 também seguiram os princípios de estruturação da toponímia urbana constatados por Cambraia e Seabra (2024, 2025) para a denominação de logradouros básicos (ruas, avenidas e praças) dessa localidade**, não apenas porque se trataria de princípios gerais (aplicáveis à toponímia urbana globalmente) mas também porque se tratava de um mesmo contexto sociocultural.

Para testar essa hipótese, fez-se uma coleta de nomes de bairros em documentação referente à Cidade de Belo Horizonte<sup>7</sup> formada pelos seguintes tipos de fontes produzidas entre 1897 e 1961: (i) mapas; (ii) croquis de parcelamento; (iii) listas e guias de ruas; (iv) anuários; e (v) normas (leis, decretos-leis, decretos *etc.*). Deve-se salientar que tiveram grande peso na formação do *corpus* os seguintes documentos:

- a) “Indicador de Ruas do Almanak Laemmert” de 1935, com estado toponímico situado entre 10/08/1932 e 29/08/1932;
- b) mapa “Município de Belo Horizonte”, de 1936, realizado pela Serviço de Estatística Geral da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- c) “Relação de Logradouros Públicos da Cidade”, publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1944;
- d) “Guia Rivera: Indicador Geral de Belo Horizonte e de Todo o Estado”, 3ª ed., publicado em 1952;
- e) mapa “Belo Horizonte”, produzido pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 1957;
- f) mapa “Belo Horizonte”, produzido pela PBH em 1958;
- g) “Guia Rivera de Belo Horizonte”, 8ª ed., publicado em 1958; e
- h) “Mapa de Belo Horizonte: Indicador da Cidade”, de autoria de Milton Mascarenhas, com estado toponímico situado entre 03/06/1961 e 15/06/1961.

Os dados foram distribuídos em seis faixas temporais (1897-1918; 1919-1928; 1929-1936; 1937-1944; 1945-1952 e 1953-1961) considerando-se como limite, principalmente, os documentos de 1936, 1944, 1952 e 1961 acima<sup>8</sup>. O ano de 1919

<sup>7</sup> Tomou-se como referência o atual pertencimento do bairro à Cidade de Belo Horizonte: certos bairros atuais pertenceram inicialmente à Cidade de Santa Luzia e ainda assim foram incluídos na análise. Não foram incluídas as denominações de núcleos tradicionalmente categorizados como favelas, porque elas têm percurso histórico próprio, emergindo quase sempre de forma espontânea, e porque seu aparecimento é de difícil datação, por circular inicialmente apenas na modalidade oral. O topônimo “Alto da Favella”, por exemplo, já se atesta desde pelo menos 1901 na Cidade de Belo Horizonte e nomeava a seção do atual Bairro Floresta atrás da estação ferroviária, ao longo da Rua Sapucaí.

<sup>8</sup> Deve-se assinalar que a questão da datação do surgimento das denominações de bairros é bastante

também foi considerado relevante, por ser data de início da aprovação de vilas fora da área planejada; e o ano de 1928, apenas por ser intermediário entre 1919 e 1936. As faixas temporais se referem à época em que se atestou que o topônimo teria passado a ser empregado. Ao final, o *corpus* para análise ficou composto de 356 denominações<sup>9</sup>.

As denominações foram analisadas com base em uma investigação do contexto de surgimento de cada loteamento e, em seguida, foram classificadas segundo uma adaptação da taxonomia de Dick (1990b)<sup>10</sup> e interpretadas segundo o modelo de Cambraia e Seabra (2024, 2025).

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os 356 topônimos que compreendem o *corpus* deste estudo apresentam a seguinte distribuição em termos de faixa de tempo e de motivação<sup>11</sup>:

Tabela 1 – Topônimos de bairros da Cidade de Belo Horizonte por motivação (continua)

Motivação		1897	1919	1929	1937	1945	1953	Total
		- 1918	- 1928	- 1936	- 1944	- 1952	- 1961	
Natureza física	Astrotopônimos	—	1	—	—	1	2	4
	Cardinotopônimos	—	1	—	1	—	4	6
	Cromotopônimos	—	—	—	—	1	—	1
	Fitotopônimos	3	—	—	1	2	3	9
	Geomorfotopônimos	3	2	—	1	1	1	8
	Hidrotopônimos	11	2	1	1	1	—	16
	Litotopônimos	2	—	—	—	—	—	2
	Meteorotopônimos	—	—	—	—	—	1	1
Natureza antropocultural	Animotopônimos	—	3	5	1	5	5	19
	Antropotopônimos	8	7	16	5	15	28	79
	Corotopônimos	6	2	14	—	10	14	46
	Cronotopônimos	1	3	2	—	2	—	8
	Ecotopônimos	—	—	—	—	—	2	2
	Ergotopônimos	—	—	—	—	2	—	2
	Etnotopônimos	—	—	—	—	2	1	3
	Hagiotopônimos	—	3	11	—	14	16	44

problemática, já que a data de aprovação de um loteamento não é necessariamente a de atribuição da denominação respectiva. Adotou-se aqui, sempre que possível, a data de atestação nos documentos cartográficos e nos guias de ruas.

<sup>9</sup> Estes 356 topônimos não nomeavam necessariamente 356 lugares diferentes, porque, dentro de todo o período estudado, havia topônimos paralelos (por exemplo, “Vila Bressane” = “Vila Operária do Acaba Mundo”) e houve substituição de topônimos (por exemplo, “Bairro do Quartel” por “Bairro Santa Efigênia”).

<sup>10</sup> A principal adaptação foi unir axiotopônimos e historiotopônimos referentes a pessoas dentro da categoria antropotopônimos.

<sup>11</sup> Os números se referem a quantas novas denominações foram atestadas em cada faixa de tempo, e não a quantas eram as denominações em uso em cada faixa.

(conclusão)

Motivação		1897	1919	1929	1937	1945	1953	Total
		-	-	-	-	-	-	
		1918	1928	1936	1944	1952	1961	
Natureza antropocultural	Hierotopônimos	—	1	—	2	2	2	7
	Historiotopônimos	1	1	1	1	1	1	6
	Hodotopônimos	3	—	—	1	—	2	6
	Poliotopônimos	1	2	1	—	2	—	6
	Sociotopônimos	27	8	7	6	18	14	80
Não Identificado		—	—	—	—	—	1	1
Total		66	36	58	20	79	97	356

Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro aspecto a ser salientado é que, no *corpus*, predomina a motivação de natureza antropocultural (308/356 = 86,5%) em relação à de natureza física (47/356 = 13,2%): este fato evidencia que a experiência humana é tida como um referencial fundamental no mapeamento do espaço urbano. Este resultado é compatível com o de São Luís (MA), no qual também predomina a do primeiro tipo (70,3%).

Um segundo aspecto diz respeito às motivações específicas, notando-se a prevalência geral de sociotopônimos (80/356 = 22,5%), seguidos por antropotopônimos (79/356 = 21,2%), corotopônimos (46/356 = 12,9%) e hagiopônimos (44/356 = 12,4%). Vê-se que a toponímia de Belo Horizonte se diferencia da de São Marcos (RS), em que predominam antropotopônimos, e das de Farroupilha (RS) e Bento Gonçalves (RS), nas quais predominam os hagiopônimos.

Os sociotopônimos dizem respeito geralmente às grandes fazendas<sup>12</sup> em que surgiram povoados e foram feitos loteamentos (“Calafate”, “Palmital”, “Cercado” *etc.*), aos templos (“Bairro Santa Efigênia”, “Bairro de Lourdes”, “Bairro Santo Antônio” *etc.*), às instituições de ensino (“Bairro Santo Agostinho”, “Bairro Coração de Jesus”, “Seminário” *etc.*), às instalações e atividades (“Bairro do Quartel”, “Bairro da Imigração” [onde ficava a hospedaria que recebia os imigrantes], “Bairro do Comércio” *etc.*) e às empresas imobiliárias ou não (“Bairro Santa Mônica”, “Bairro Serrano”, “Parque Comiteco”, “Vila Magnesita” *etc.*), dentre outros.

Os antropotopônimos dizem respeito geralmente aos proprietários dos terrenos ou seus familiares (“Vila Cavallieri” [proprietário], “Vila Silveira” [proprietário], “Vila Maria Brasileira” [esposa], “Vila Adelaide” [esposa], “Vila Maria Aparecida” [filha] *etc.*), a membros do Poder Executivo (“Núcleo Colonial Adalberto Ferraz”, “Núcleo Colonial Afonso Pena”, “Núcleo Colonial Carlos Prates” *etc.*), a personalidades locais e nacionais (“Vila Industrial Melo Viana”, “Vila Santos Dumont”, “Vila Dom Pedro II” *etc.*), dentre outros. Os antropotopônimos referentes a pessoas do sexo masculino são maioria (60%) frente a do sexo feminino (40%), mas com taxa de masculino bem inferior ao que Cioato

<sup>12</sup> Um trabalho de recuperação dos limites das antigas fazendas no atual espaço da cidade está sendo feito pela Superintendência de Geoprocessamento Corporativo e um primeiro resultado pode ser visto no mapa BH Fazendas de 2022 ([https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhgeo/galeria-de-mapas/bh\\_fazendas\\_a4\\_300dpi\\_09112022.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhgeo/galeria-de-mapas/bh_fazendas_a4_300dpi_09112022.pdf)).

(2012) identificou para o município de São Marcos (RS), que foi de 91%: é possível que o grande número referente a pessoa do sexo feminino (geralmente apenas o prenome e relativo a familiar do proprietário do loteamento) seja uma idiossincrasia da toponímia belo-horizontina. Outra particularidade é a questão da origem dos antropotopônimos, que Cioato (2012) identificou como 86% italiana para São Marcos (RS), mas, para Belo Horizonte, esse tipo parece ser de apenas 6,4% dos antropotopônimos (“Vila Alberto Murgel”, “Vila Bressane”, “Vila Cavallieri”, “Vila Dom Bosco” e “Vila Innecco”).

Os corotopônimos dizem respeito geralmente a cidades mineiras (“Vila Nova Era”, “Vila Indaiá” *etc.*), a cidades brasileiras em geral (“Teresópolis” [RJ], “Bairro Guarujá” [SP], “Bairro Sinimbu” [RS] *etc.*), a bairros de cidades brasileiras (“Parque Copacabana” [RJ], “Jardim América” [SP], “Jardim Itapoã” [BA] *etc.*), a antigos povoados da região (“Pinto”, “Pampulha”, “Venda Nova” *etc.*), a lugares míticos (“Vila Atlântida”, “Vila Paraíso”, “Parque Xangri-lá”), dentre outros.

Os hagiotopônimos<sup>13</sup> são bastante abundantes, mas uma parte deles é do tipo aparente (Lima, 1998), ou seja, era uma forma indireta de menção ao proprietário do terreno (por exemplo, “Parque São José<sub>2</sub>”) ou a seus familiares (por exemplo, “Parque Santa Inês” [avó], “Vila Santa Maria” [mãe], “Vila São Leopoldo” [filho] *etc.*). É possível que, na verdade, grande parte deles seja desse tipo, mas as informações disponíveis sobre quem era o proprietário dos loteamentos e/ou sobre a família do proprietário ainda são muito escassas para se conseguir apurar este aspecto com precisão.

A queda brusca nas denominações de bairros na faixa 1937-1944 decorreu de uma política de criação de ônus para os proprietários de novos loteamentos com o Decr. Mun. nº 54, de 4 de novembro de 1935 (Cambaia; Seabra, 2025, p. 290), o que diminuiu o número de aprovações logo em seguida.

Convém avaliar neste ponto como foi o comportamento dos nomes de bairro tendo em conta os princípios de estruturação da toponímia urbana arrolados por Cambaia e Seabra (2024, 2025).

O princípio da unicidade atuou com vigor no início, já que são raros os casos de duplicidade, que só começam a aparecer a partir da faixa 1929-1936: *cf.*, por exemplo, “Vila Santa Rita<sub>1</sub>” (atual “Bairro Padre Eustáquio”) e “Vila Santa Rita<sub>2</sub>” (atual “Bairro São Gonçalo”). Em certos casos, a duplicidade não é simultânea: por exemplo, (a) a “Vila Santo Agostinho<sub>1</sub>” (atual “Bairro Aeroporto”), atestada em mapa de 1936, terá passado a ser ocupada pelo Aeroporto de Belo Horizonte antes da aprovação do loteamento da “Vila Santo Agostinho<sub>2</sub>” (atual “Bairro Penha”), atestada em documento de 1952 – então esta última denominação terá sido atribuída quando aquela já não estava mais vigente; e (b) a Lei Mun. nº 455, de 29 de janeiro de 1955, mudou a denominação de “Bairro São Cristóvão<sub>1</sub>” para “Bairro São Rafael” (atual “Bairro Salgado Filho”) e aplicou a de “Bairro São Cristóvão<sub>2</sub>” (então liberada) para as imediações de paróquia homônima (na região noroeste), parte então chamada de “Bairro Popular” ou “Bairro Industriário”, logo

<sup>13</sup> Cabe assinalar aqui que a observância de turnos de motivação fez perceber, por exemplo, que certos nomes que poderiam ser interpretados como hagiotopônimos são, na verdade, sociotopônimos e foram classificados como tal: “Bairro São Cristóvão<sub>2</sub>” se refere a templo homônimo; “Vila São Domingos”, a fazenda homônima; “Bairro São Lucas”, a hospital homônimo; “Bairro Santo Agostinho”, a colégio homônimo; “Parque Santo Antônio”, a empresa homônima *etc.*

não houve vigência simultânea. Nos mapas, no entanto, eram comuns abreviações que resultavam em homonímia: no mapa de 1958, encontram-se, por exemplo, casos como apenas “Coração de Jesus” para as denominações plenas “Coração de Jesus” e “Coração Eucarístico de Jesus”, e apenas “Jardim Pampulha” para as denominações plenas “Jardim Pampulha” e “Parque Jardim Pampulha”. Como referido antes, na Lei Mun. nº 879, de 8 de julho de 1961, o tema já chamava a atenção (“as denominações de bairros, [...] que mereçam reparos, corrigindo dualidades de nomenclaturas”) e o Decr. Mun. nº 1.748, de 10 de fevereiro de 1969 foi bem restritivo (“Fica proibido repetir os nomes de loteamentos existentes, mesmo quando êsses nomes sejam modificados por outras palavras”), sendo relativizado pela Lei Mun. nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009 (“incorporando em sua denominação termos como ‘vila’, ‘jardim’ ou ‘parque’ nos casos de duplicidade”).

O princípio da universalidade se apresenta de uma forma complexa no período analisado. Por um lado, não há loteamento (com ruas desenhadas) sem seu nome no mapa de 1936, mas, por outro lado, há no mapa de 1957 uma grande quantidade de loteamentos sem o respectivo nome e, em menor medida, no de 1958. O que parece estar por trás dessa situação é o fato de que não era raro que um loteamento tivesse aprovação provisória, sendo ela concluída anos depois: é possível, então, que houvesse certa hesitação em se divulgarem nomes de loteamento com aprovação em andamento. Os croquis de parcelamento mostram que as regiões loteadas já tinham denominações prévias, mais amplas do ponto de vista espacial: assim, no CP 168-001-I, referente ao “Parque São José<sup>2</sup>” consta “planta de subdivisão de um terreno no lugar denominado ‘Cercado’”. Isso significa que mesmo que o nome do loteamento ainda não tivesse sido divulgado ou aprovado definitivamente, a população já usava denominações para a região respectiva, que era a que designava o lugar antes de o loteamento ser iniciado. Então, aparentemente, não havia espaço sem nome na Cidade de Belo Horizonte.

FLP 27(1)

O princípio da estabilidade pode ser avaliado com base na Tabela 2<sup>14</sup> abaixo:

Tabela 2 – Topônimos de bairros da Cidade de Belo Horizonte por destino em relação a 2025

	1897	1919	1929	1937	1945	1953	
	-	-	-	-	-	-	Total
	1918	1928	1936	1944	1952	1961	
Manutenção	25 (37,9%)	11 (30,6%)	18 (31,0%)	8 (40,0%)	42 (53,2%)	35 (36,1%)	139 (39,0%)
Mudança	41 (62,1%)	25 (69,4%)	40 (69,0%)	12 (60,0%)	37 (46,8%)	62 (63,9%)	217 (61,0%)
<b>Total</b>	66 100%	36 100%	58 100%	20 100%	79 100%	97 100%	356 100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se de interessante, na Tabela 2, o fato de que, ao longo de quase todo o período, mais da metade das denominações foi objeto de mudança<sup>15</sup>, exceto na

<sup>14</sup> Consideraram-se como casos de manutenção os de denominações que sofreram apenas alterações secundárias (como abreviação) e/ou que ainda são usadas nas proximidades do loteamento original que a possuía.

<sup>15</sup> Convém assinalar que, quando se considera o sistema de bairro oficial, a taxa de manutenção de denominações é bem maior. Mas, no dia a dia, o sistema de bairro popular é o que a população efetivamente emprega, por isso ele deve ser a referência para a análise. Curiosamente, o *Google Maps*



faixa 1945-1952, em que predominou a manutenção. Trata-se de comportamento bastante distinto do caso de logradouros básicos (ruas, avenidas e praças), cuja média de manutenção foi de 85,7% entre 1897 e 1932 na zona urbana e de 75,5% entre 1932 e 2024 de forma geral. Isso indica que os nomes de bairros têm como particularidade no período analisado serem pouco estáveis. Examinando os casos de mudança, percebe-se que ocorrem por três diferentes padrões. Há os casos de mudança por ‘junção’, ou seja, diversas denominações desaparecem, sendo substituídas por uma única nova, que é aplicada ao conjunto dos loteamentos que foram unidos em um só bairro: assim, por exemplo, o “Bairro São Pedro” foi criado a partir da união das vilas “Maria Ana” e “Mendonça”. Existem ainda os casos de mudança por ‘cisão’, ou seja, uma denominação desaparece, sendo substituída por diversas outras que são aplicadas a cada parte desmembrada do loteamento original: assim, por exemplo, a área do antigo “Núcleo Colonial Bias Fortes”, cuja denominação desapareceu, abarca hoje uma grande quantidade de bairros com denominação distinta como “Pompeia”, “Paraíso”, “Santa Efigênia”, “Novo São Lucas”, “Fazendinha”, dentre outros. Há, por fim, a mudança por ‘substituição’, em que um mesmo loteamento apenas muda de denominação: a antiga “Vila Maria Brasilina” passou a se chamar “Bairro Sagrada Família”<sup>16</sup>. Os casos de manutenção de denominação, por sua vez, podem envolver adaptações à sua aplicação. Há o processo de ‘extensão’, ou seja, uma denominação passa a ser aplicada a uma região maior que a original, fazendo desaparecer a da região incorporada: assim, por exemplo, o atual “Bairro Nova Suíça”, cuja denominação se referia a uma vila específica, abarca hoje também as regiões adjacentes das antigas “Vilas Adelina”, “Ambrosina”, “Marinhos” e outras. Há também o processo de ‘restrição’, ou seja, uma denominação passa a ser aplicada a uma região menor que a original, fazendo aparecerem novas denominações: assim, por exemplo, a área do antigo “Núcleo Colonial Carlos Prates” abarca hoje não apenas o “Bairro Carlos Prates”, mas também parte do “Caiçaras”, do “Santo André”, do “Bonfim”, do “Barroca”, do “Prado” e do “Gutierrez”. Apesar dessas adaptações, há, nos casos de extensão e de restrição, a efetiva manutenção da denominação em questão no conjunto dos topônimos de bairro da cidade (com eventuais modificações em partes da denominação).

FLP 27(1)

O princípio da resiliência está fortemente vinculado ao princípio da estabilidade, já que se considera que a denominação de diferentes tipos de logradouros tem graus diferentes de resiliência (manutenção). No caso dos bairros, a questão é complexa, porque as diferentes denominações (como ‘bairro’, ‘vila’, ‘jardim’, ‘parque’, ‘cidade’ e ‘chácara’) não correspondiam a tipos realmente diferentes de loteamentos: tratava-se mais de uma estratégia comercial. Essa diversidade, como já assinalado, sofreu esvaziamento com o Decr. Mun. nº 1.748, de 10 de fevereiro de 1969, que excluiu os elementos ‘jardim’, ‘parque’, ‘cidade’ e ‘chácara’ das denominações. É possível que a diferença de resiliência relativa a bairros tenha relação, na verdade, com a extensão do loteamento, ou seja, loteamento menores tenderiam mais a perder sua denominação que maiores,

---

adota o sistema de bairro oficial em sua cartografia, e não o de popular.

<sup>16</sup> O processo de substituição pode estar associado a deslocamento: o loteamento que recebeu a denominação “Vila Mariano de Abreu” mudou para “Bairro São Geraldo”, sendo a anterior aplicada depois a loteamento adjacente ao original; o mesmo aconteceu com o “Parque Nossa Senhora de Aparecida”, que mudou para “Bairro São Lucas”, sendo a denominação “Vila Nossa Senhora de Aparecida” aplicada depois a loteamento adjacente.

em função do processo de extensão. Essa hipótese é difícil de ser verificada, porque não são todos os antigos loteamentos que têm atualmente seu croqui de parcelamento disponível. Uma questão especialmente interessante em relação a esse ponto é por que a denominação de um dado loteamento prevalece sobre a dos demais em um processo de união: assim, por exemplo, o atual “Bairro Santa Cruz” abarca não apenas a antiga “Vila Santa Cruz” (denominação mantida parcialmente), mas também os antigos loteamentos da “Vila da Paz”, “Chácara Aurora”, “Parque São João Batista” e ainda parte da “Vila Cachoeirinha” (Decr. Mun. n° 2727, de 4 de março de 1975).

O princípio da extensão limitada pode ser discutido a partir da tabela<sup>17</sup> a seguir:

Tabela 3 – Topônimos de bairros da Cidade de Belo Horizonte por extensão

Extensão	1897	1919	1929	1937	1945	1953	Total
	-	-	-	-	-	-	
	1918	1928	1936	1944	1952	1961	
1	44 (66,7%)	17 (47,2%)	31 (53,4%)	13 (65,0%)	35 (44,3%)	44 (45,4%)	184 (51,7%)
2	15 (22,7%)	14 (38,9%)	23 (39,7%)	3 (15,0%)	35 (44,3%)	39 (40,2%)	129 (36,2%)
3	3 (4,5%)	1 (2,8%)	3 (5,2%)	1 (5,0%)	4 (5,1%)	7 (7,2%)	19 (5,3%)
4	3 (4,5%)	2 (5,6%)	—	1 (5,0%)	4 (5,1%)	3 (3,1%)	13 (3,7%)
5	1 (1,5%)	1 (2,8%)	1 (1,7%)	2 (10,0%)	1 (1,3%)	4 (4,1%)	10 (2,8%)
6	—	1 (2,8%)	—	—	—	—	1 (0,3%)
Total	66 (100%)	36 (100%)	58 (100%)	20 (100%)	79 (100%)	97 (100%)	356 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se pela tabela acima que o princípio em questão sempre foi bastante atuante, já que a extensão 1 quase sempre foi prevalente. O empate com a extensão 2 na faixa de tempo 1945-1952 se deve ao aumento de hagiopônimos e antropotônimos nessa faixa.

FLP 27(1)

O princípio da impessoalidade (considerando especificamente a questão de não adotar nome de pessoa viva) teve pouca expressão na fase inicial, pois 5 dos 8 antropotônimos da época diziam respeito a pessoas vivas: “Vila Bressane”, “Núcleo Colonial Adalberto Ferraz”, “Núcleo Colonial Afonso Pena”, “Núcleo Colonial Bias Fortes” e “Núcleo Colonial Carlos Prates”<sup>18</sup>. Convém assinalar que a proibição de atribuição de nome de pessoas vivas só foi positivada na legislação municipal após a aprovação desses loteamentos, com o art. 3º da Lei Mun. no 42, de 13 de novembro de 1911. No entanto, mesmo nas fases seguintes se encontram casos desse tipo: 1919-1928, 3 do 7 antropotônimos; 1929-1936, 5 dos 16; 1937-1944, 3 dos 5; 1945-1952, 1 dos 14; e 1953-1961, 2 dos 28. Em muitos casos não foi possível recuperar a história da pessoa de referência por falta de informação sobre quem era o proprietário do loteamento, então pode ter havido até mais casos desses. Mas percebe-se que, com o tempo, esse tipo de atribuição foi rareando, o que significa que o princípio foi se tornando mais atuante. Em certos casos, como o nome da vila é o sobrenome do proprietário (cf. “Vila Silveira”), tem-se uma situação de ambiguidade, já que se poderia alegar que se tratava de referência

<sup>17</sup> A quantificação não inclui o elemento genérico (‘núcleo colonial’, ‘colônia’, ‘bairro’, ‘vila’, ‘parque’, ‘chácara’ ou ‘zona’) nem a preposição (articulada ou não) que o liga ao elemento específico.

<sup>18</sup> Alberto Bressane (1856-1927), Adalberto Ferraz (1863-1912), Afonso Pena (1847-1909), Bias Fortes (1847-1917) e Carlos Prates (1864-1914).

a um antepassado já falecido. Além disso, como já assinalado, uma estratégia de transpor essa restrição legal era metamorfosear o nome de parente em nome de santo, como em “Vila São Leopoldo” (‘Leopoldo’ era o nome do filho do proprietário).

O princípio da moralidade parece ter sido seguido sistematicamente, já que não há registro de antropotopônimo referente a pessoa que teve a conduta considerada socialmente reprovável. Embora tenha havido, na história da Cidade de Belo Horizonte, casos de nomes de logradouros básicos substituídos por causa dessa questão (especialmente relacionados à ditadura militar), não há registro de nenhum caso de nome de bairro que tenha passado pelo mesmo processo.

O princípio da significância pode ser considerado de atuação praticamente categórica, já que as denominações quase sempre são passíveis de serem associadas a conteúdo lógico (pessoa, santo, lugar, instituição *etc.*). Dos 356 topônimos registrados, há apenas um a que não se pôde atribuir uma interpretação: “Vila Glalijá”. No CP 150-007-H, consta que o terreno era de propriedade de Jacob de Souza e que o parcelamento foi aprovado em 27/10/1955. Não se trata de forma registrada em dicionários de língua portuguesa: talvez se trate de palavra estrangeira (cuja língua de origem não se conseguiu identificar) ou de um composto de sílabas de nome(s) próprio(s)<sup>19</sup>. Diferentemente de logradouros básicos (como no caso de “Rua Um”, “Rua A”, “Rua Alfa” *etc.*), parece que nunca se aplicou o sistema alfanumérico como denominação provisória a bairros.

O princípio da legibilidade também pode ser considerado de atuação praticamente categórica, já que as denominações atestadas não apresentam letras não pertencentes ao alfabeto latino nem itens lexicais em língua estrangeira, exceto pelos poucos casos relacionados a sobrenomes como “Vila Edgard Werneck”. Esta parece ser uma grande diferença em relação aos logradouros básicos da Cidade de Belo Horizonte, que, no período até 1932, incluíam itens incomuns (a grande quantidade de litotopônimos) e em língua estrangeira (parte dos astrotopônimos).

O princípio da legalidade teve uma atuação bem relativizada no período considerado. Na fase inicial, com exceção dos nomes dos núcleos coloniais, a grande maioria era espontânea<sup>20</sup> e foi simplesmente herdada de antes da construção da nova capital, de forma que não houve ato legal oficializando-as formalmente (“Acaba Mundo”, “Barroca”, “Lagoinha”, “Pampulha”, “Serra” *etc.*). A partir de 1919, com o início do loteamento das vilas, a grande maioria das denominações era efetivamente oficial, posto que aprovadas, junto com o loteamento, pelo prefeito. Isso não impediu que novas denominações, espontâneas e não oficiais, emergissem: “Pampulha Velha”, “Bairro

<sup>19</sup> Esta forma de composição é a do “Parque Comiteco” de propriedade da Companhia Mineira de Terrenos e Construções. Há também o caso que parece estar por trás do topônimo “Vila Maria Carolina”: o proprietário do loteamento (aprovado entre 1919 e 1936), Dorinato de Oliveira Lima, era filho de Maria Cândida e Ardelino e não se identificou o nome ‘Maria Carolina’ em sua árvore genealógica na base do *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org>); então ‘Maria Carolina’ seria uma construção com a parte inicial do nome da mãe e a parte final do nome do pai.

<sup>20</sup> Segundo Dauzat (1926, p. 19-20), as designações, do ponto de vista de sua formação externa, podem ser de dois tipos: (a) ‘espontâneas’, que são obra mais ou menos inconsciente de uma coletividade; ou (b) ‘sistemáticas’, que são devidas ao ato refletido de uma autoridade, de um conquistador, do fundador da vila *etc.*

de Lourdes, “Bairro Santa Tereza”, “Bairro Santo Antônio”, “Bairro Santa Efigênia” *etc.* Considerando a base de dados legislativos da câmara municipal da cidade<sup>21</sup>, a primeira norma referente a atribuição oficial de denominação de bairro (independente de novo loteamento) parece ter sido o Decr. Mun. nº 91, de 30/05/1936, com fusão das “Vilas Maria Ana” e “Mendonça” no “Bairro de São Pedro”. No período analisado, identificaram-se apenas 14 atribuições dessa natureza: por exemplo, “Vila Nossa Senhora da Conceição” e “Bairro do Redentor” (Res. Mun. nº 44, 16/02/1937); “Bairro de Pompeia” (Decr. Mun. nº 184, 10/09/1946), “Bairro São Cristóvão” (Lei Mun. nº 455, 29/01/1955). Na atualidade, como já assinalado, os nomes do sistema de bairro popular são os constantes da Lei Mun. nº 11.490 de 5 de maio de 2023.

O princípio da pertinência (conexão com a geografia ou a história da localidade) foi atuante de forma geral, adotando-se denominações referentes às fazendas em que foram feitos os loteamentos (por exemplo, “Vila Boa Vista”), córregos locais (por exemplo, “Vila Marinhos”), acidentes geográficos locais (por exemplo, “Vila Esplanada”), corografia nacional (por exemplo, “Vila Minas Gerais”, “Vila Brasil”), personalidades locais ou nacionais (por exemplo, “Vila Santos Dumont”, “Vila Industrial Melo Viana”), templos (por exemplo, “Bairro de Lourdes”), escolas (por exemplo, “Bairro Santo Agostinho”) *etc.* Pode-se considerar, no entanto, que seriam exceções os casos de natureza mais abstrata, como animotopônimos (por exemplo, “Vila Nova Esperança”), ou de esfera cultural mais ampla, como os hierotopônimos (por exemplo, “Parque Nossa Senhora da Aparecida”) e os hagiotopônimos (por exemplo, “Bairro São Paulo”).

O princípio da continuidade é especialmente problemático para a questão dos bairros. Enquanto os limites de uma via podem ser reconhecidos basicamente pela presença de interrupção no início e no final, já os de bairros não são visualizáveis pelos habitantes da cidade com base em elementos evidentes: apenas os croquis de parcelamento os registravam de forma clara. Os mapas antigos consultados não apresentam qualquer marcação de limites dos bairros cujas denominações registram. Veja-se um exemplo a partir do mapa elaborado pela prefeitura da cidade em 1958:

Figura 3 – Bairros Santo Antônio, São Pedro, Carmo e Cruzeiro em detalhe do mapa da Prefeitura da Cidade de Belo Horizonte de 1958



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>.

Se, mesmo pelo mapa, não se podem perceber os limites entre os bairros em questão, menos ainda transitando pessoalmente pela região. Então, pode-se dizer que o princípio da continuidade não era observado na toponímia de bairros, porque não havia marcas evidentes de seus limites efetivamente perceptíveis pelos habitantes da cidade. É possível que, intuitivamente, se considerassem como limites as grandes vias e os principais corredores de circulação da região, mesmo que não correspondessem aos limites oficiais dos loteamentos. É fato, porém, que não há no sistema atual bairros descontínuos, ou seja, bairros cujas partes estão separadas por outro(s) bairro(s).

O princípio da unidade temática também é curioso em relação à toponímia de bairros, porque, enquanto os topônimos de logradouros básicos de um loteamento geralmente eram aprovados em bloco, já os dos próprios loteamentos não, porque pertenciam a diferentes proprietários e ocorriam em diferentes datas. Então, em tese, este princípio não se aplica às denominações de bairros, mas percebe-se claramente a existência de influência do entorno. Assim, por exemplo, o “Bairro Santo Antônio” teve sua denominação adotada tendo em conta a Capela de Santo Antônio, constituída entre 1924 e 1925, que se converteu em Paróquia de Santo Antônio, instituída entre 1936 e 1940, sendo, portanto, um sociotopônimo, e, por influência da denominação desse bairro adjacente, atribui-se a de “Bairro São Pedro” à já mencionada união de duas vilas menores em 1936, mesmo não havendo ali templo com mesmo nome (trata-se assim um hagiotopônimo, e não sociotopônimo). Outro exemplo é o da “Vila Boa Vista”, cujo nome deriva da Fazenda Boa Vista, em cujo antigo terreno ela se situava, sendo assim um sociotopônimo, e, por influência da denominação desse bairro adjacente, atribuiu-se a de “Vila Nova Vista” ao loteamento de outra parte da referida fazenda, sendo assim um animotopônimo. Essa influência do entorno pode ser interpretada então como princípio da adjacência (topônimos novos sofrem influência das denominações adjacentes).

FLP 27(1)

O princípio da supletividade depende da subordinação ao princípio da unidade temática (busca-se topônimo correlato para não fugir do tema): como visto logo acima, este não se verifica, então aquele, por consequência, também não. Como o número de bairros é relativamente pequeno (se comparado com o de logradouros básicos), então a necessidade de forma supletiva talvez não se fizesse presente.

O princípio do vetor antropotoponímico pode ser avaliado retomando os dados de antropotopônimos na tabela 1: 1897-1918, 12,1% (8/66); 1919-1928, 19,4% (7/36); 1929-1936, 27,6% (16/58); 1937-1944, 25,0% (5/20); 1945-1952, 19,0% (15/79); e 1953-1961, 28,9% (28/97). Considerando que a média de todo o período foi de 21,9% (78/356), verifica-se que, embora tenha havia crescimento nítido entre 1897 e 1936, depois os valores caíram, voltando a crescer na faixa final de 1953-1961. Vê-se, portanto, que esse princípio só atuou realmente nas três primeiras fases e na última fase, sendo os antropotopônimos ofuscados no intervalo entre 1937 e 1952 pelos sociotopônimos. Trata-se, portanto, de outra diferença histórica notável entre a toponímia de logradouros básicos (com sua intensificação contínua) e de bairros (com oscilação).

O princípio da relação biotópica (vínculo entre biografia da pessoa de referência e o logradouro) de Cambraia e Seabra (2024) foi estendido para princípio da ‘relação tópica’ (vínculo entre o elemento de referência e o logradouro) por Cambraia e Seabra (2025), já que nem sempre a referência do topônimo é uma pessoa. Não é possível apurar quantitativamente esta questão de forma segura para os bairros, porque há muitos

loteamentos cujo proprietário não se identificou. Impressionisticamente, pode-se dizer que houve uma tendência de enfraquecimento deste princípio. As denominações da faixa inicial, que foram herdadas em sua maioria, tinham emergido de forma espontânea e, por isso, com forte vínculo: “Calafate” (ficava na antiga Fazenda do Calafate), “Pinto” (no antigo Arraial do Pinto), “Serra” (junto ao pé da Serra do Curral) *etc.* Muitas que emergiram apenas após a inauguração em 1897 eram descritivas, por isso, também vinculadas: “Bairro do Quartel”, “Bairro dos Funcionários”, “Bairro do Comércio” *etc.* Com as vilas a partir de 1919, esse vínculo começou a diminuir: se havia “Vila Nova Suíça” (loteamento que pertenceu a imigrante suíço e, por isso, uma denominação com relação tópica), também havia “Vila Renascença” (sem vínculo identificado com o lugar do loteamento ou com seu proprietário). Na faixa final, ainda houve casos de atribuição vinculada, como a dos “Bairros Santo Agostinho” e “Coração de Jesus” (nos quais ficavam colégios homônimos), “Bairros São Cristóvão” e “São Geraldo” (nos quais ficavam templos homônimos), dentre outros, mas se nota uma tendência singular em direção a corotopônimos (“Jardim Itapoã”, “Bairro Pirajá”, “Bairro Belém” *etc.*) sem vínculo evidente com o lugar específico do loteamento ou com seu proprietário, que, em certos casos, eram empresas imobiliárias. Enfim, só um aprofundamento da pesquisa sobre os proprietários dos loteamentos será capaz de dar conta dessa discussão de forma eficaz.

Por fim, o princípio da carga semântica foi claramente atuante no período considerado, já que as denominações aqui consideradas dos loteamentos não apresentavam elementos associados a carga semântica negativa. Notam-se, aliás, alguns casos de carga semântica marcadamente positiva, como “Vila Nova Esperança”, “Vila Vista Alegre” *etc.*

FLP 27(1)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisaram-se no presente estudo 356 nomes de bairros da Cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961, com base em um conjunto amplo de fontes. Testou-se a hipótese de que esses topônimos seguiram os princípios de estruturação da toponímia urbana constatados por Cambraia e Seabra (2024, 2025) para os topônimos de logradouros básicos dessa localidade. Foi possível verificar, primeiramente que há semelhanças, como a forte atuação dos princípios da unicidade, da universalidade, da extensão limitada, da impessoalidade, da moralidade, da significância, da legibilidade, da pertinência, da relação tópica e da carga semântica, apesar da existência de eventuais itens que escapavam à regra. Mas houve também diferenças, em função da fraca ou nenhuma atuação dos princípios da estabilidade, da legalidade, da continuidade, da unidade temática, da supletividade e do vetor antropotoponímico. Essas diferenças se devem aos fatos de que:

- a) houve muita mudança de nomes de bairros em função dos processos de junção, cisão e substituição (relativizando sua estabilidade);
- b) um número considerável de denominações foi herdado ou emergiu espontaneamente (relativizando a atribuição por instrumento legal);
- c) nunca foram evidentes para os habitantes os limites precisos entre os bairros

(inviabilizando a segurança na determinação de a que região um topônimo se aplicava);

- d) a aprovação de loteamentos não se dava em bloco nem se referia sempre aos mesmos proprietários (impedindo a atribuição de topônimos em grupos de mesmo tema e a busca de correlatos para preencher eventuais lacunas nesses grupos); e
- e) não foi historicamente consistente o aumento em direção a antropotopônimos.

Esses achados evidenciam que nomes de logradouros básicos e nomes de bairros partilham de certos princípios de estruturação, mas não de todos. Como o presente estudo se restringiu ao período de 1897 a 1961, é conveniente que se reflita futuramente sobre a questão dos princípios para o período posterior, de 1962 a 2025 (também composto de aproximadamente 60 anos), época em que a formalização do processo de atribuição de denominação se torna mais rigorosa e sistemática.

Recebido em março de 2025

Publicado em agosto de 2025

## REFERÊNCIAS

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional Barreiro. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/BarreiroCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional centro-sul. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/CentroSulCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional leste. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008c. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/LesteCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional nordeste. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008d. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/NordesteCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional noroeste. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008e. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/NoroesteCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ARREGUY, C. A. C., RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional Venda Nova. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008f. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/VendaNovaCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BACKHEUSER, E. Toponímia (suas regras – sua evolução). **Revista Geográfica**, v. 9/10, n. 25/30, p. 163-195, 1949/1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40996352>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1996. 2 v.

BARETTA, R. C. **Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha - RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/770>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 879, de 8 de julho de 1961**. Dispõe sobre denominação de logradouros públicos da Capital. 1961. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/879/1961>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 1.748, de 10 de fevereiro de 1969**. Regulamenta denominações de loteamentos e dá outras providências. 1969. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/1748/1969>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências. 2009. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/9691/2009>. Acesso em: 04 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 ago. 2025.

FLP 27(1)

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. Variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte. **Investigações**, v. 35, n. 2, p. 1-36, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.51359/2175-294x.2022.254329>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CAMBRAIA, C. N.; SEABRA, M. C. T. C. Princípios de estruturação da toponímia urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro trintênio da Cidade de Belo Horizonte. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 68, e18222, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e18222>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CAMBRAIA, C. N., SEABRA, M. C. T. C. **Fontes para o estudo da toponímia da Cidade de Belo Horizonte**: Indicador de Ruas do Almanak Laemmert de 1935. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: [https://pedroejoaoeditores.com.br/?arquivo\\_download=12786](https://pedroejoaoeditores.com.br/?arquivo_download=12786). Acesso em: 04 ago. 2025.

CARVALHINHOS, P. de J., ANTUNES A. M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. **Cadernos do CNLF**, v. 11, n. 2, p. 108-121, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CIOATO, F. B. **Os nomes do município de São Marcos**: linhas, comunidades, bairros e ruas. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/759>.



Acesso em: 04 ago. 2025.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**: origine et évolution. Paris: Delagrave, 1926. Disponível em: <https://archive.org/details/lesnomsdelieuxor0000dauz>. Acesso em: 04 ago. 2025.

DICK, M. V. P. A. O problema das taxionomias toponímicas. (Uma contribuição metodológica). **Língua e Literatura**, v. 4, p. 373-380, 1975. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1975.122791>. Acesso em: 04 ago. 2025.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica**: princípios teóricos e modelos taxeonômicos. 1980. Tese (Doutorado em Linguística: Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo, 1980. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.1980.tde-16122022-105612>. Acesso em: 04 ago. 2025.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b. [3. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.]

FAGGION, C. M.; DAL CORNO; G. O. M.; FROSI, V. M. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. **Métis**: história e cultura, v. 7, n. 12, 277-298, 2008. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/704>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FERNANDES, F. K. M. **Memória e tradição**: um estudo toponímico dos nomes de bairros mais antigos de Ouro Preto - MG. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Ouro Preto, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13888>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HEBERLE, M.; MACHADO, N. T. G. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Antares**, v. 10, n. 21, p. 70-85, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18226/19844921.v10.n21.05>. Acesso em: 04 ago. 2025.

LIMA, I. A. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. **Estudos Linguísticos**, v. 27, p. 422-428, 1998. Disponível em: [http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1308767010\\_65.lima\\_ivone.pdf](http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1308767010_65.lima_ivone.pdf). Acesso em: 04 ago. 2025.

LOURENÇO, L.; CUNHA, E. L. P. T. Toponímia de influência indígena nos bairros de Belo Horizonte. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n2.id149>. Acesso em: 04 ago. 2025.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MATOS, H. R. C. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8930>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MISTURINI, B. **A toponímia em Bento Gonçalves**: um estudo interdisciplinar sobre

os bairros da cidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/870>. Acesso em: 04 ago. 2025.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado**: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional norte. Belo Horizonte: APCBH, 2011a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/NoroesteCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional oeste. Belo Horizonte: APCBH, 2011b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/OesteCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: regional Pampulha. Belo Horizonte: APCBH, 2011c. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/PampulhaCompleto.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961, vol. I.

SEABRA, M. C. T. C.; SANTOS, M. M. D. Atlas toponímico de Minas Gerais: a caminho de duas décadas de história. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 67, n. 1, p. 149-161, 2022. DOI: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2022\\_n1\\_149-161](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2022_n1_149-161). Acesso em: 04 ago. 2025.

SOUSA, A. M.; DARGEL, A. P. T. P. Caminhos da toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. **Revista GTLex**, v. 6, n. 1, p. 6-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex11-v6n1a2020-1>. Acesso em: 04 ago. 2025.

TENT, J.; BLAIR, D. **Motivations for naming**: a toponymic typology. ANPS Technical Paper. No. 2. South Turrumurra: Australian National Placenames Survey, 2009 [2014]. Disponível em: <https://placenames.org.au/wp-content/uploads/ANPSTechPaper2.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

URAZMETOVA, A. V.; SHAMSUTDINOVA J. K. Principles of place names classifications. **XLinguae**, v. 10, n. 4, p. 26-33, 2017. DOI: <http://doi.org/10.18355/XL.2017.10.04.03>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FLP 27(1)

## ANEXO

**Corpus de nomes de bairro da Cidade de Belo Horizonte atestados entre 1897 e 1961**

Este inventário apresenta, em ordem alfabética, a forma de base dos nomes de bairro (com regularização gráfica), que nem sempre foi a primeira a ser atestada na documentação examinada dentro de cada faixa temporal, porque, em certos documentos, era comum a abreviação (sobretudo em mapas), além de também existir variação formal, tal como se dava com os logradouros básicos (Cambraia, Seabra, 2022). Asterisco indica ausência da denominação no local de origem do loteamento no sistema de bairro popular da Lei Municipal nº 11.490 de 5 de maio de 2023: considerou-se presente o item mesmo se o nome apresentasse mudanças secundárias formais ('núcleo colonial' > 'bairro', 'vila' > 'bairro' *etc.*). Indicou-se o elemento genérico que acompanhava o específico quando a documentação da época o informava explicitamente.

I – Faixa 1897-1918 (66 itens)<sup>22</sup>: Acaba Mundo, Bairro do Comércio\*, Bairro dos Funcionários, Bairro Militar\*, Baleia, Baptista\*, Barreiro, Barro Preto, Barroca, Bento Pires\*, Bento Pires Velho\*, Bom Sucesso, Bonfim, Borges\*, Calafate, Capitão Eduardo, Caracará\*, Carapuça\*, Cardoso\*, Cardosos\*, Cercado\*, Cristópolis\*, Colônia Américo Werneck\*, Colônia da Vargem Grande\*, Córrego do Leitão\*, Córrego do Nado\*, Cruzeiro, Embiras\*, Engenho Nogueira, Ferrugem\*, Floresta, Freitas, Gameleira, Gameleiras\*, Gorduras\*, Horto Florestal, Imbaúbas, Jatobá, Lagoa Seca\*, Lagoinha, Mangabeira, Menezes\*, Mergulhão\*, Navio\*, Núcleo Colonial Adalberto Ferraz\*, Núcleo Colonial Afonso Pena\*, Núcleo Colonial Bias Fortes\*, Núcleo Colonial Carlos Prates, Núcleo Colonial Córrego da Mata\*, Olhos d'Água\*, Onça\*, Palmital\*, Pampulha, Pastinho\*, Pião\*, Pinto\*, Piteiras\*, Prado, Ressaca\*, Serra, Taquaril, Tijuco\*, Venda Nova, Vila Bressane\*, Vila Operária do Acaba Mundo\* e Vila 1º de Maio\*<sup>23</sup>.

II – Faixa 1919-1928 (36 itens): Bairro da Graça, Bairro da Imigração\*, Bairro do Quartel\*, Parque Cidade Jardim\*, Parque Cruzeiro do Sul\*, Parque Nossa Senhora da Aparecida\*, Parque Vera Cruz, Vila Adelina\*, Vila Ambrosina\*, Vila Angélica\*, Vila Bela Vista\*, Vila Cachoeirinha, Vila da Paz\*, Vila Edgard Werneck\*, Vila Esplanada, Vila Futuro\*, Vila Independência\*, Vila Industrial Melo Viana\*, Vila Jardinópolis, Vila João Pinheiro, Vila Lagoinha\*, Vila Maria Aparecida, Vila Marinhos\*, Vila Minas Gerais\*, Vila Nova Suíssa, Vila Novo Horizonte\*, Vila Oeste, Vila Operária\*, Vila Palmital, Vila Santa Terezinha\*, Vila Santo André, Vila Santos Dumont\*, Vila São Geraldo\*, Vila São João\*, Vila Vargem do Tejuco\* e Zona Operária da 8ª Seção Urbana\*.

III – Faixa 1929-1936 (58 itens): Bairro Santa Efigênia, Bairro Santa Tereza, Bairro

<sup>22</sup> Nesta fase, não há distinção clara entre as categorias de povoado e de bairro: encontram-se registros como, por exemplo, de "Povoado do Calafate" e de "Bairro do Calafate".

<sup>23</sup> Uma rica fonte para as denominações de lugares do antigo "Arraial do Curral d'El-Rey" se encontra nos registros de declaração de terras feitos até 22 de outubro de 1857 do Livro 67 da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, atualmente pertencente ao Arquivo Público Mineiro, e transcritos por Barreto (1996, v. 1, p. 191-209). Nem todas elas parecem ter continuado a ser usadas após a inauguração da cidade em 1897.

Santo Antônio, Bairro de São Pedro, Chácara Aurora\*, Jardim América, Parque Nova Granada, Parque Riachuelo\*, Seminário\*, Vila Adelaide\*, Vila Adélia\*, Vila Alvina\*, Vila Amaral\*, Vila Anchieta, Vila Atlântida\*, Vila Bicalho\*, Vila Campos Elíseos\*, Vila Canadá, Vila Carlota de Assis\*, Vila Cavallieri\*, Vila Celeste Império\*, Vila Concórdia, Vila D. Pedro II\*, Vila Formosa\*, Vila Gameleira\*, Vila Humaitá\*, Vila Ipanema\*, Vila Liberdade, Vila Maria Ana\*, Vila Maria Brasilina\*, Vila Maria Carolina\*, Vila Mariano de Abreu\*, Vila Mauá\*, Vila Mendonça, Vila Minaslândia\*, Vila Nova Cintra, Vila Nova Floresta, Vila Palmares\*, Vila Paraíso, Vila Petrópolis\*, Vila Pontenovense\*, Vila Progresso\*, Vila Recreio\*, Vila Renascença, Vila Rica\*, Vila Sant'Ana\*, Vila Santa Helena\*, Vila Santa Rita<sub>1</sub>\*, Vila Santa Rita<sub>2</sub>\*, Vila Santo Agostinho<sub>1</sub>\*, Vila São Bernardo, Vila São Domingos\*, Vila São Francisco, Vila São Jorge, Vila São José<sub>1</sub>\*, Vila São Leopoldo\*, Vila São Luiz e Vila Silveira\*.

IV – Faixa 1937-1944 (20 itens): Bairro de Lourdes, Bairro do Redentor\*, Bairro Popular\*, Centro, Chácara da Boa Esperança\*, Chácara Negrão de Lima\*, Cidade Jardim Inconfidência, Cidade Jardim Montanhosa, Cidade Ozanam\*, Parque Comiteco, Parque Real Grandeza\*, Pedreira Prado Lopes\*, Universidade\*, Vila das Oliveiras\*, Vila Ermelinda, Vila Flávio dos Santos\*, Vila Ipiranga, Vila Nossa Senhora da Conceição\*, Vila Operária Mato da Lenha\* e Vila Palma\*.

V – Faixa 1945-1952 (79 itens)<sup>24</sup>: Bairro Azul\*, Bairro Cidade Jardim, Bairro Coração de Jesus, Bairro Coração Eucarístico de Jesus, Bairro da Glória\*, Bairro de Pompeia, Bairro do Carmo, Bairro Frei Eustáquio\*, Bairro Grajaú, Bairro Industriário\*, Bairro Sagrada Família, Bairro Santa Fé\*, Bairro Santa Rosa, Bairro São Cristóvão<sub>1</sub>\*, Bairro São Lucas, Bairro São Paulo, Bairro Sion, Bairro Universitário, Cachoeirinha Nova, Jardim Atlântico, Jardim Pampulha\*, Morro das Pedras\*, Pampulha Velha\*, Parque Jardim Leblon, Parque Santo Antônio\*, Parque São João Batista\*, Vila Americana\*, Vila Boa Vista, Vila Bom Pastor\*, Vila Carmen\*, Vila Cinquentenário, Vila das Maravilhas\*, Vila do Senhor Bom Jesus, Vila dos Marmiteiros, Vila Dom Bosco, Vila Flórida\*, Vila Guarani\*, Vila Gutierrez, Vila Indaiá, Vila Maria Joana\*, Vila Marília\*, Vila Modelo\*, Vila Nossa Senhora da Penha, Vila Nova Era\*, Vila Operária do Matadouro\*, Vila Padre Eustáquio, Vila Paris, Vila Salgado Filho, Vila Santa Cláudia\*, Vila Santa Cruz, Vila Santo Agostinho<sub>2</sub>\*, Vila Santo Amaro\*, Vila São Tomás, Vila São Vicente de Paulo\*, Vila Severa\*, Vila Suzana, Vila Tabelaio Ferraz\*, Vila Vilma\*, Vila Vista Alegre, Bairro Aarão Reis\* [SL], Bairro Candelária [SL], Bairro das Laranjeiras\* [SL], Bairro Dom Silvério [SL], Bairro Guarani [SL], Bairro Guarujá\* [SL], Bairro Heliópolis [SL], Bairro Providência [SL], Bairro Santa Isabel\* [SL], Bairro Santa Mônica [SL], Bairro São Gonçalo [SL], Bairro São João Batista [SL], Bairro São Marcos [SL], Bairro Sinimbu\* [SL], Jardim Belmonte [SL], Parque Aviação\* [SL], Parque Copacabana [SL], Vila Santa Maria\* [SL], Vila São Sebastião\* [SL] e Vila

FLP 27(1)

<sup>24</sup> Em 17/12/1938 (Decr.- Lei Estadual nº 148), o distrito de “Venda Nova” passou da Cidade de Belo Horizonte para a Cidade de Santa Luzia e, em 27/12/1948 (Lei Estadual nº 336), voltou para a cidade de origem: os loteamentos nesse distrito aprovados durante a época em que ele fez parte da Cidade de Santa Luzia foram assinalados com [SL] e colocados no final da lista. Nota-se de interessante nesses casos o predomínio do termo genérico ‘bairro’ sobre o de ‘vila’ ou outros, enquanto na Cidade de Belo Horizonte predominava o de ‘vila’.

Satélite [SL].

- VI – Faixa 1953-1961 (97 itens): Alto dos Caiçaras, Bairro Alpes, Bairro Antônio Ribeiro de Abreu, Bairro Belém\*, Bairro Campo Alegre, Bairro da Abadia\*, Bairro Bandeirantes, Bairro das Indústrias, Bairro do Caçula, Bairro do Tirol, Bairro dos Milionários, Bairro Duque de Caxias\*, Bairro Minas Brasil, Bairro Nossa Senhora da Glória, Bairro Nossa Senhora de Fátima\*, Bairro Nosso Lar\*, Bairro Oswaldo Cruz\*, Bairro Pedro II, Bairro Pirajá, Bairro Piratininga, Bairro Progresso, Bairro Santa Lúcia, Bairro Santa Maria Goretti, Bairro Santo Agostinho, Bairro São Cristóvão<sub>2</sub>, Bairro São Gabriel, Bairro São Geraldo, Bairro São José, Bairro São Rafael\*, Bairro São Salvador\*, Bairro Serrano, Bairro Tupi, Barreiro de Baixo, Barreiro de Cima\*, Cabana do Pai Tomás, Chácara Leonina\*, Jardim Florência\*, Jardim Itapoã, Jardim Santa Amélia, Jardim Santa Branca, Parque Arizona\*, Parque Horto Florestal\*, Parque Industrial São Clemente\*, Parque Jardim dos Pirineus, Parque Jardim Pampulha\*, Parque Santa Inês, Parque São José<sub>1</sub>\*, Parque São José<sub>2</sub>, Parque Xangri-lá, Sagrado Coração\*, Teresópolis\*, Vila Aeroporto, Vila Alberto Murgel\*, Vila Ana Lúcia\*, Vila Angelina\*, Vila Antônio Guerra\*, Vila Antônio Torres\*, Vila Assunção\*, Vila Aurélio Lobo\*, Vila Brasil\*, Vila Cândida\*, Vila Cardoso\*, Vila Casa Branca\*, Vila Central\*, Vila Clóris, Vila Denise\*, Vila Diniz\*, Vila Estrela, Vila Glalijá\*, Vila Imperial\*, Vila Innecco\*, Vila Ipê\*, Vila João Pessoa\*, Vila Laginha\*, Vila Lúcia\*, Vila Magnesita\*, Vila Marçola, Vila Maria Emília\*, Vila Maria Virgínia, Vila Monte Carmelo\*, Vila Nossa Senhora das Graças\*, Vila Nova Celeste\*, Vila Nova Esperança, Vila Nova Vista, Vila Política\*, Vila Primavera\*, Vila Primeiro de Novembro\*, Vila Sagrados Corações\*, Vila Santa Isabel\*, Vila Santa Rita<sub>3</sub>\*, Vila São José<sub>2</sub>, Vila São Mateus\*, Vila São Sebastião da Ressaca\*, Vila Silvânia\*, Vila Sumaré\*, Vila Tiradentes\* e Vila Vânia\*.

FLP 27(1)